

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. **Petrópolis: Vozes, 1982.**

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. **Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.**

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. **São Paulo: Ed. Unesp, 2004.**

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: **DÈAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos.** O processo de urbanização no Brasil. **São Paulo: Ed. USP, 2004.**

**O PAPEL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA TEORIA DA ACUMULAÇÃO E
DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA EM A *PRODUÇÃO CAPITALISTA*
DO ESPAÇO, DE DAVID HARVEY**

EVERALDO BATISTA DA COSTA,
Aluno do Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana da USP /
Mestrado em Geografia
everaldo.costa@usp.br

Em *A produção capitalista do espaço*, Harvey reúne sete ensaios produzidos ao longo de trinta anos de estudos em geografia. O período que distancia a publicação de cada texto não prejudica a concatenação das idéias para a homogeneização da obra; cada ensaio apresenta-se interligado aos demais no que diz respeito a seus conteúdos de cunho essencialmente metodológicos, que explicitam um cabedal teórico para pesquisadores em ciências humanas, sobretudo em Geografia. Com uma abordagem fundamentalmente marxiana, Harvey trata, principalmente, do papel do Estado, da acumulação de capital, das lutas de classes, do processo de urbanização e da renda monopolista atrelada à nova lógica mercantil que envolve a cultura, nas cidades.

Através do apanhado das obras de Karl Marx, Harvey esclarece que apesar do descaso deste autor à dimensão espacial referente à teoria da acumulação, no modo de produção capitalista, o exame atento de suas obras revela que há o reconhecimento à acumulação de capital num contexto geográfico, desenvolvendo uma abordagem relativa à teoria da localização, em que a “dinâmica está no centro das coisas”. Harvey mostra como a teoria da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, de forma que a análise da localização elaborada por Marx fornece um elo entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo.

Neste contexto, identificamos uma abordagem da questão da *organização espacial*, da *intensificação* da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura, bem como a questão da *expansão geográfica*, que são produtos necessários para o processo de acumulação. Neste sentido, Harvey aborda as relações de transporte, a integração espacial e o que ele reconhece como “anulação do espaço pelo tempo”, de acordo com Karl Marx.

A distância espacial se contrai em relação ao tempo, quando o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade pela qual o mercado é alcançado, um estímulo para a redução do tempo de circulação, diminuindo o “período de perambulação da mercadoria”. Assim, a concentração da produção nas grandes aglomerações urbanas é acompanhada por inovações associadas ao transporte, que servem para anular o espaço pelo tempo.

Assim, esclarecemos nosso posicionamento. Segundo Harvey, “O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão” (p.64). Significa que a expansão é também *intensificação* de necessidades sociais e *expansão geográfica*. Para Harvey, a sobrevivência do capitalismo depende do estabelecimento de novo espaço para a acumulação. Desta maneira, como pensar na anulação do espaço se este mesmo espaço se torna subsídio para a sobrevivência do capitalismo, a partir de sua expansão? Há uma anulação, uma expansão ou uma anulação para posterior expansão do espaço? Não podemos desconsiderar que mesmo as distâncias sendo relativizadas pela técnica e pela informação, estas ainda precisam ser percorridas, virtualmente ou não. Desta forma, acreditamos que falar na anulação do espaço pelo tempo seja forçoso. Mesmo Harvey, em determinado momento, questiona como aceitar a anulação do espaço, mencionada por Marx, se a mobilidade geográfica do capital necessita de infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar, se o transporte de mercadorias requer um sistema de transporte sofisticado, eficiente e estável, amparado por um conjunto de estruturas sociais e físicas (serviços jurídicos e armazéns) facilitando e assegurando a troca? “A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (p.150).

Neste processo, Harvey considera que o Estado deve desempenhar seu papel no provimento de bens públicos e infra-estruturas sociais e físicas, requisitos necessários para produção e troca capitalista, o que o faz se envolver na administração de crises e agir contra a tendência de queda da margem de lucro, trabalhando pelo interesse de classe coletivo. Imaginar que o capitalismo alguma vez funcionou sem o intermédio firme do Estado é, para Harvey, um grande mito; pode sim, ter mudado suas funções

com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. Contudo, o autor é categórico ao afirmar que o Estado capitalista *precisa* desempenhar suas *funções básicas*, impreterivelmente, ou ser reformado, caso não consiga atender estas medidas, ou então dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana.

A análise da expansão e estruturação espacial elaborada por Harvey continua no capítulo seis; agora, reconhecendo a cidade tanto como produto quanto condição dos processos sociais de transformação em andamento, na fase mais recente do desenvolvimento capitalista. Para o autor, o processo urbano está desempenhando a reestruturação radial em andamento nas distribuições geográficas da atividade humana e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes. A cidade oferece, desta maneira, uma possibilidade de leitura da nova lógica dos processos sociais que se dão em nível planetário.

Há um movimento no planejamento urbano de uma abordagem “administrativa”, da década de 60, para formas de ações iniciadoras e “empreendedoras”, nas décadas de 70 e 80, este último buscando benefícios econômicos positivos, de acordo com Harvey.

É um grande problema, na concepção do autor, a reificação das cidades em combinação com a linguagem que considera o processo urbano aspecto ativo em vez de passivo do desenvolvimento político-econômico. Faz parecer como se as cidades pudessem ser agentes ativos quando são simples coisas; a cidade é, na verdade, um processo sócio-espacialmente estabelecido, no qual um amplo conjunto de atores, com objetivos e compromissos diversos, relacionam-se por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas e com um conteúdo de classe definido. O conjunto dos processos sociais, a urbanização, produz vários artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados numa configuração espacial distintiva. A ação social conseqüente deve levar em consideração estes artefatos, pois muitos processos sociais (viajar, fazer compras) se tornam materialmente direcionados por esses artefatos.

Conforme Harvey, deve-se reconhecer os impactos da transição do administrativismo para o empreendedorismo urbano, quer sobre as instituições urbanas, quer sobre os ambientes urbanos construídos. Há uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos “clubes da esquina”, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo certo conceito de cidade enquanto unidade física hermeticamente murada ou mesmo domínio administrativo coerentemente organizado. Para Harvey, na governança urbana, a mudança para o

empreendedorismo deve ser analisada sobre escalas espaciais: zonas e comunidades locais, centro da cidade e subúrbios (proposta para metodologia de análise urbana - centro/periferia - fragmentação). Quem está sendo empreendedor, com qual objetivo? O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobiliado por diversos agentes sociais, diz-nos Harvey. O novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de parceria público-privado, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego, que pode lançar uma sombra aparentemente benéfica sobre o lugar, de acordo com o autor. Logo, projetos específicos podem se tornar foco da atenção pública e política, desviando a atenção e recursos dos problemas mais amplos, que talvez afetem a região ou o território como um todo.

Neste ponto, deixamos mais uma questão para reflexão. Muitas são as cidades históricas brasileiras contempladas com programas de revitalização e conservação de seus bens culturais. Contudo, devemos questionar até que ponto estes projetos estão vinculados a políticas sérias de resgate cultural, memorial e identitário, beneficiando, verdadeiramente, o local e uma maioria; ou se estão vinculados, estritamente, a concepções do mercado e da “indústria cultural” (COSTA, 2008).

Segundo Harvey, o novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privado enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico através da apropriação estratégica das cidades, por meio da construção especulativa do lugar, estabelecendo-se objetivos econômicos imediatos, em vez de propiciar a melhoria das condições de vida no território.

A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural, a melhoria física do ambiente urbano e as atrações para o consumo e entretenimento se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana, a cidade aparece como um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para se divertir e consumir, de acordo com o autor. Eventos, congressos, festivais tornam-se foco das atividades de investimento, a cultura do “é possível fazer”, para usar termos do autor, é essencial para o desenvolvimento do empreendimento cultural, acrescentando que as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior. Assim, o espetáculo e a exibição transformam-se em símbolos de um novo mundo, agregam novos valores aos locais potencialmente escolhidos pelo capital especulativo.

Harvey afirma que é inegável que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria, acredita que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais, sendo preciso pô-los à parte das mercadorias normais; são produtos e eventos que estão num plano mais elevado de produção e da criatividade humana, diferente da produção da indústria tradicional. “Como a condição de mercadoria de tantos desses fenômenos se harmoniza como seu caráter específico?”.

O autor busca entender como os processos contemporâneos de globalização econômica se relacionam com as localidades e as formas culturais, através do significado de “renda monopolista”, um conceito da economia política. Segundo Harvey, este conceito pode propiciar interpretações valiosas sobre muitos dilemas práticos e pessoais resultantes do nexos entre globalização capitalista, desenvolvimentos político-econômicos locais e evolução dos sentidos culturais e dos valores estéticos.

Toda renda se baseia no poder monopolista dos proprietários privados de determinadas porções do planeta. A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único, irreplicável. (p.222).

Na raiz do processo de valorização não está apenas a busca do lucro, mas a busca das rendas monopolistas, segundo Harvey. Neste contexto, a linguagem de autenticidade, originalidade, singularidade e qualidades irreplicáveis especiais avulta grandemente. A generalidade do mercado globalizado gera uma força poderosa que procura garantir não apenas a continuidade dos privilégios monopolistas da propriedade privada, mas também as rendas monopolistas que resultam da descrição de mercadorias como sendo mercadorias incomparáveis. Este processo compatibiliza-se com a própria expansão do capitalismo e a seletividade do capital.

Para Harvey, as tentativas de acumulação absorvem os desenvolvimentos e as tradições culturais locais. Há o interesse atual, tanto na inovação cultural local, como na ressurreição e invenção de tradições do lugar, junto ao desejo de extrair e se apropriar de tais rendas. Não se deve ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais, segundo o autor.

Em um mundo altamente competitivo e fragmentado, a luta para acumular marcos simbólicos e de distinção e capital cultural se intensifica, de acordo com Harvey. No entanto, isso nos leva a questões relativas às opções de memória coletiva, estética e beneficiários do processo, cabendo uma crítica pertinente e geral, sobretudo sobre as novas relações e práticas sociais em núcleos urbanos apropriados pela chamada “indústria cultural”, que as torna cidades mundializadas, muitas inseridas no circuito global do turismo internacional.

Dispersos movimentos de oposição à globalização neoliberal indicam políticas alternativas; não são inteiramente antagônicos à globalização, mas a quer em condições muito diferentes, segundo Harvey; desejamos uma outra globalização, nem perversa, nem como nos fazem vê-la, mas uma globalização que una e não fragmente o território, a sociedade ou subverta valores tradicionais essenciais à convivência pacífica entre os homens (SANTOS, 2000).

Assim, em *A produção capitalista do espaço*, David Harvey, com uma abordagem crítica, contrapõem-se à desconsideração do papel do espaço geográfico na teoria da acumulação e do modo de produção capitalista elaborado por Karl Marx. O autor apresenta subsídios teóricos para uma análise contemporânea das dinâmicas globais que rebatem sobre o território, fragmentando-o e pulverizando as relações tradicionais que resistem no lugar; propõem uma busca de igualdades, símbolos e sentidos para permanências e para a existência humana, onde o espaço geográfico é investido de papel fundamental na análise.

Referência Bibliográfica

COSTA, Everaldo B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. Rio Claro (SP) / Revista Olam: Ciência e Tecnologia, Vol. 8, n° 1, 2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

A IMPLANTAÇÃO FÉRREA NO NORTE PIONEIRO PARANAENSE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA NOÇÃO DE REDES TÉCNICAS